

# Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo Nº 03 • 19/03/2002

## ADUNICAMP E A SUCESSÃO

Na condição de Entidade de natureza sindical, comprometida com a preservação da sua total independência em relação à administração superior da Universidade, a ADUNICAMP não apóia candidaturas ao cargo de Reitor. Seus diretores fazem, livremente, suas opções individuais com os devidos cuidados para que tais posições não se confundam com a da Entidade.

Essa postura não pode ser entendida como omissão. A ADUNICAMP vem atuando intensamente na preparação da consulta com publicações e a organização, juntamente com as demais entidades do campus, de debates entre os Reitoráveis, com o objetivo de esclarecer e divulgar amplamente os programas dos candidatos. O último desses debates reuniu 2.000 docentes (ver matéria na página 4), alunos e funcionários em geral.

Ao mesmo tempo, a Entidade considera insuficiente o processo de consulta em vigor. Somente eleições diretas de fato podem dar legitimidade àquele que ocupa o cargo de Reitor e, ao mesmo tempo, comprometê-

lo com a condição de representante da comunidade universitária junto a diversas esferas da vida social e não de agente do governo no interior da Universidade.

Dado que a Universidade é um espaço privilegiado do exercício de debate de idéias e do engajamento de ações conseqüentes, é preciso que os candidatos a Reitor assumam efetivamente

compromissos com a comunidade e não transformem suas campanhas em meras manifestações de intenções, princípios generalíssimos e discursos recheados de “palavras ao vento”. É preciso repudiar qualquer tentativa de reduzir as discussões a confrontos de interesses localizados ou a conflitos internos de natureza meramente corporativa e garantir que, de alguma forma, a comunidade possa cobrar o cumprimento dos programas, para que eles não sejam apenas con-

“... é preciso que os candidatos a Reitor assumam efetivamente compromissos com a comunidade e não transformem suas campanhas em meras manifestações de intenções, princípios generalíssimos e discursos recheados de ‘palavras ao vento’”.

juntos de promessas eleitoreiras.

Por essas razões, reafirmamos, nas páginas 2 e 3 deste Boletim, algumas questões que consideramos essenciais para a orientação de práticas comprometidas com a defesa da Universidade pública.

## ASSEMBLÉIA GERAL

**HOJE (19/03) - 12h00 - na ADUNICAMP**

**Pauta:** 1) Greve Nacional, convocada pela CUT, no dia 21/03;  
2) Campanha Salarial 2002.

# AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A autonomia é condição essencial para a existência da Universidade no mundo contemporâneo. Ela permite que as Universidades possam existir sem que suas atividades sofram ingerência direta dos poderes político e econômico e possam cumprir o seu papel de instituição voltada para produção e transmissão de conhecimento, com independência e espírito crítico.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da autonomia universitária. Em seu artigo 207, estabelece que as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esta é uma grande conquista de amplos setores da sociedade brasileira e, particularmente, do movimento docente.

Entretanto, o dispositivo constitucional, por si só, não garante a efetivação da autonomia universitária. Forças externas e internas ameaçam, constantemente, esta autonomia. O governo federal apresenta propostas de “regulamentação” que visam, na prática, a eliminá-la. As Reitorias não têm se notabilizado pela defesa da autonomia universitária. Muitas se mostram inteiramente omissas ou, na prática, contrárias à autonomia. Este é, infelizmente, o caso da UNICAMP. O encaminhamento dado à reforma dos estatutos, adaptando-os à LDB – uma lei infraconstitucional – e submetendo-os à aprovação por instituições externas à Universidade, e a suspensão de direitos relativos à aposentadoria de docentes sem a aprovação, pelo Consu, de mudanças no Esunicamp, são exemplos de ações implementadas pela atual administração que representam graves ataques à autonomia universitária.

Por esses motivos, a autonomia universitária deverá ser construída na luta e permanecer como bandeira fundamental do movimento docente em geral e da ADUNICAMP em particular. A autonomia está diretamente ligada a todas as outras questões aqui tratadas, e esperamos que o Reitor eleito se manifeste claramente em relação a estas, e passando da palavra à ação, discuta com a comunidade suas propostas para enfrentá-las, para que possamos construir coletivamente modos de ação.

## O CARÁTER PÚBLICO DA UNIVERSIDADE

Além de garantir autonomia às Universidades, a Constituição Federal de 1988 atribui à União a obrigação de financiar o sistema federal de ensino. Esse preceito deveria orientar também as políticas dos governos estaduais e municipais. Entretanto, em todos os níveis, a preocupação é, quase sempre, a mesma: como reduzir os recursos governamentais consagrados às Universidades.

Os pretextos são variados e, em geral, inteiramente falsos. A propalada prioridade do ensino fundamental é desmentida pelo abandono em que este se encontra. Os discursos sobre “modernização” e “prestação de serviços à comunidade” não conseguem esconder a determinação de colocar a Universidade sob a orientação direta de “demandas” definidas pela poderosa “comunidade” formada pelo Estado e pelas grandes empresas.

Reduz-se o peso das verbas públicas e incentiva-se a captação de recursos junto a empresas privadas ou a instituições públicas. Pela

sua forma de atuação, os organismos públicos de financiamento ao ensino e à pesquisa assumem grande parte das decisões que caberiam à Universidade e as orientam para o melhor atendimento das “demandas” da poderosa “comunidade”.

Os efeitos dessa política já se manifestam em distorções graves, tanto no âmbito da gestão institucional quanto no da vocação da Universidade. Tanto nas áreas técnicas quanto nas áreas científicas e de humanidades, abandonam-se a independência e o espírito crítico como eixos das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O financiamento alternativo indica o que pode, o que deve, o que “vale a pena” ser feito.

O nome “Universidade” é mantido simplesmente para encobrir conjuntos de instituições de ensino e pesquisa destinados a atender às demandas do Estado e do capital. Essa “privatização por dentro” é conduzida, na prática, pelas Reitorias de muitas Universidades públicas. Infelizmente, entre elas, destaca-se a UNICAMP.

## A QUESTÃO SALARIAL

A “privatização por dentro” e o desrespeito à autonomia se fazem através do controle externo do financiamento às pesquisas e também através de cursos pagos (extensão, especialização, mestrado), cujos temas são escolhidos em função de interesses manifestados por entidades externas à Universidade, muitas delas privadas. Uma das conseqüências perversas deste processo: ele garante uma renda complementar para alguns docentes e enfraquece as reivindicações salariais coletivas.

Em flagrante desrespeito à autonomia universitária, o governo federal adotou uma política salarial para os docentes do ensino público superior, que vai exatamente nesta direção. Do governo do Estado de São Paulo e, infelizmente, da Reitoria da Unicamp já vieram mensagens inequívocas: esta seria, queiramos ou não, a forma de pagamento do “futuro” da Universidade “moderna” e “produtiva”.

O governo federal levou mais de três meses para ceder em apenas alguns pontos dessa política. Na Unicamp, precisamos manter uma greve por 53 (cinquenta e três) dias para que a Reitoria concordasse com reajustes salariais que, finalmente,





comprometeram menos do que os aparentemente consensuais 85% do repasse do ICMS para o orçamento da Universidade.

Não queremos um número fetiche. Os números devem servir a uma discussão séria sobre como procurar sempre valorizar o trabalho dos funcionários da Universidade, o que implica, nos momentos de menor arrecadação do ICMS, dedicar uma parcela maior do orçamento à folha de pagamentos. Esperamos que o próximo Reitor concretize os compromissos assumidos nos discursos de campanha com uma política salarial compatível com a defesa da Universidade.

## SEGURANÇA NO CAMPUS

Uma trágica combinação de capitalismo global, governos sem preocupações sociais e Reitoria sem preocupações universitárias, levou o problema da segurança no campus a uma posição de destaque na atual campanha. Queremos ouvir dos candidatos um compromisso que não deixe dúvidas sobre a necessidade de mudar radicalmente o caminho seguido pela atual Reitoria, para que sejam respeitadas a autonomia universitária e a dignidade dos seus funcionários.

## A ADMINISTRAÇÃO

É evidente que a Reitoria tem tamanho, atribuições e poderes que precisam ser imediatamente reduzidos. Para completar, certamente em razão desse mesmo gigantismo, o Reitor se aplica em ultrapassá-los. Mesmo o pouco poder do Conselho Universitário e das Unidades é, freqüentemente, desrespeitado. Não podemos deixar de relacionar esse poder quase sem limites e a facilidade com que a Reitoria se coloca a serviço do governo.

Esperamos que os candidatos a Reitor não somente se comprometam a respeitar o Conselho e as Unidades, mas também anunciem medidas concretas que adotarão para diminuir o poder da Reitoria, valorizando o Conse-

lho e descentralizando a administração, em benefício das unidades e departamentos.

Entre estas medidas, destacamos a transformação da Comissão de Orçamento e Patrimônio em um fórum de efetiva discussão sobre o uso dos recursos de que dispõe a Universidade. A ampliação da COP, conquista deflagrada no bojo de nossa greve de 2.000, é importante, porém não é suficiente. Além da ampliação e aumento da representatividade, é necessário que a COP conte com os meios necessários para cumprir a sua função: a transparência na definição e execução de gastos deverá ser algo mais do que uma simples promessa de campanha para a Reitoria.

## AVALIAÇÃO

Como ente autônomo, a Universidade tem competência para definir e implementar seus próprios métodos ou critérios de avaliação institucional. Nas últimas décadas, sob a justificativa de que, por ser financiada com recursos públicos, a Universidade precisa prestar contas à sociedade, vem sendo impostas às instituições de ensino superior formas de avaliação nem sempre compatíveis com a vocação do trabalho acadêmico.

A avaliação de cursos implementada pelo MEC, conhecida como “provão”, vem se projetando como um exemplo cabal de iniciativa que fere a autonomia universitária e que gera distorções graves na condução das atividades de ensino e pesquisa. Por se tratar da aplicação de testes que avaliam de forma genérica e superficial o desempenho dos alunos de determinados cursos, o “provão”, ao ganhar reconhecimento, converte-se em parâmetro para a definição de um “ranking” de cursos e de instituições de ensino superior. Tenderá, em breve, a reorientar a condução dos cursos muito mais no sentido de adestrar os alunos para a resolução das provas, visando garantir a boa colocação da instituição na escala de pontuação do MEC, do que formar profissionais adequadamente.

É lamentável o destaque que as publicações oficiais da administração superior da Unicamp vem dando a esse sistema de avaliação. O tratamento apologético e provinciano que vem sendo dado ao desempenho dos alunos da Unicamp no provão reflete a postura submissa e desprovida de qualquer perspectiva crítica da Pró-Reitoria de Graduação e, em última análise, da Reitoria, frente a esse sistema de avaliação. Tal postura, por se tratar de uma Universidade com a reputação da Unicamp, contribui para legitimar uma política de avaliação institucional totalmente incompatível com a natureza da Universidade. Esperamos que a próxima Reitoria re-avaleie essa posição.



# SUCESSO DE PÚBLICO NO III DEBATE ENTRE REITORÁVEIS

Política salarial, aumento no número de vagas nos cursos de graduação, segurança no campus, paridade na escolha para Reitor e uma melhor política para a carreira funcional. Estes foram alguns dos temas discutidos durante o “III Debate entre Reitoráveis – UNICAMP 2002”, organizado pela ADUNICAMP, em conjunto com a APG (Associação de Pós-Graduandos), DCE (Diretório Central dos Estudantes) e STU (Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP). O evento foi realizado na última quinta-feira (14/03) e teve a participação de cerca de duas mil pessoas, que lotaram duas Salas do Centro de



Este foi o terceiro Debate antes do primeiro turno das eleições. O primeiro foi realizado no dia vinte e oito de novembro do ano passado, também no Centro de Convenções da UNICAMP. Contou com a participação de uma platéia de cerca de quatrocentas pessoas. O segundo Debate foi realizado no último dia seis de março, nas dependências das Unidades da UNICAMP em Limeira (COTIL e CESET). Aproximadamente trezentas pessoas assistiram ao evento.

**O primeiro turno das eleições será nesta semana (20 e 21/03). O segundo turno em abril (03 e 04).**

Os três debates foram realizados com o intuito de contribuir para que a comunidade acadêmica da UNICAMP (docentes, funcionários e alunos) pudesse ter um maior contato com os programas propostos pelos candidatos à Reitoria. E, dessa forma, decidir com maior clareza os nomes que irão compor a lista tríplice, colocada em análise pelo CONSU (Conselho Universitário) e depois encaminhada ao Governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB).



Convenções da UNICAMP.

Quatro dos cinco candidatos que disputam a consulta acadêmica compareceram ao Debate: Carlos Henrique de Brito Cruz (IFGW), Fernando Galembeck (IQ), José Tomaz Vieira Pereira (FEM) e Roberto Romano da Silva (IFCH). O professor Vitor Baranauskas (FEEC), também reitorável, não participou por se encontrar no exterior.



## 14ª Medalha Chico Mendes de Resistência - 2002

**Dia:** 01/04/2002 - segunda-feira - 18h00.

**Local:** sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) - Rua Araújo Porto Alegre, 71, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

**Organização:** Grupo Tortura Nunca Mais - RJ.